

## DESCONSIDERAÇÃO DA PERSONALIDADE JURÍDICA AO INVERSO NO DEVER DE ALIMENTAR<sup>1</sup>

Guilherme Bajerski

Renata Polichuk Marques - Orientadora

**RESUMO** – A desconsideração da personalidade jurídica ao inverso no dever de alimentar é apresentada como uma ferramenta para efetivação de direitos. A teoria em estudo se volta para os casos em que sujeitos se utilizam de maneira fraudulenta da pessoa jurídica para desvincular-se de obrigações para si impostas, trazendo malefícios a terceiros. Ainda são poucos os estudos voltados ao tema, trazendo desinformação e pouca utilização no meio jurídico da transmissão da responsabilidade da pessoa física para a jurídica por meio da teoria da *Disregard Doctrine*. Portanto, este trabalho visa esclarecer a aplicabilidade do instituto da desconsideração da personalidade jurídica ao inverso, especificadamente no dever de alimentar.

**Palavras-chave:** Desconsideração da Personalidade Jurídica. Inverso. Alimentos. *Disregard Doctrine*.

**SUMÁRIO** – 1. Introdução. 2. A Desconsideração da Personalidade Jurídica ao Inverso no Dever de Alimentar. 2.1 - Da Desconsideração da Personalidade Jurídica. 2.1.1 - Do Conceito. 2.1.2 - Da Finalidade. 2.1.3 - Da Teoria Maior da Desconsideração da Personalidade Jurídica. 2.1.4 - Da Teoria Menor da Desconsideração da Personalidade Jurídica. 2.1.5 - Da Desconsideração da Personalidade Jurídica no Novo Código de Processo Civil Brasileiro. 2.2 - Da Desconsideração da Personalidade Jurídica ao Inverso. 2.2.1 - Da Desconsideração da Personalidade Jurídica ao Inverso no Direito de Família. 2.2.2 - Da Desconsideração da Personalidade Jurídica ao Inverso no Dever de Alimentar. 2.2.3 - Da Aplicação da Teoria ao Inverso no Dever de Alimentar. 2.2.4 - Da Teoria ao Inverso na Execução de Alimentos. 3. Conclusão. *Abstract*. Referências.

### 1. INTRODUÇÃO

A teoria da desconsideração da personalidade jurídica ao inverso é considerada um tema novo no ordenamento jurídico brasileiro, havendo muitas discussões a serem traçadas e vários pontos a serem normatizados pelo legislador visando uma maior segurança jurídica a quem maneja esta importante ferramenta.

Este artigo tem por objetivo esclarecer, de forma sintética, a desconsideração da personalidade jurídica ao inverso com ênfase no dever de alimentar, possibilitando uma maior visibilidade à pesquisa realizada para a confecção do trabalho de conclusão de curso de Bacharelado em Direito, pela Faculdade Opet. Outrossim, por

---

<sup>1</sup> Trabalho de Conclusão de Curso desenvolvido sob a orientação da professora Me. Renata Polichuk Marques.

se tratar de tema relativamente novo, importante realizar esclarecimentos e dar uma publicidade ao tema que, quando utilizado de maneira correta, se torna uma ferramenta de grande força para a concretização do direito do alimentando na percepção dos alimentos.

A estruturação deste artigo se dará inicialmente com uma breve explicação sobre o instituto da personalidade e da pessoa jurídica no Direito Pátrio. Seguidamente, o foco é direcionado ao tema da desconsideração da personalidade jurídica, apresentando o histórico juntamente com as dificuldades encontradas inicialmente para a sua utilização, não se esquecendo do conceito e sua finalidade, das diferentes teorias existentes e das inovações que o Novo Código de Processo Civil irá trazer ao tema. Por fim, adentra-se ao tema da desconsideração da personalidade jurídica ao inverso e mais especificadamente no dever de alimentar, apontando qual a finalidade, sua aplicação e peculiaridades deste importante instituto para a concretização de direitos.

Portanto, este ensaio visará trazer um maior esclarecimento do tema que ainda muito tem a ser discutido, bem como, demonstrará a necessidade em uma maior divulgação nos meios acadêmicos e entre os operadores do direito no tocante a esta matéria, com o intuito de descortinar esta importante ferramenta que caso aplicado corretamente dentro de suas possibilidades, pode modificar o direcionamento de processos judiciais e, conseqüentemente, a vida de pessoas que tem seus direitos violados por terceiros que utilizam de maneira deliberada e de forma abusiva ou fraudulenta da personalidade da pessoa jurídica.

## **2. A DESCONSIDERAÇÃO DA PERSONALIDADE JURÍDICA AO INVERSO NO DEVER DE ALIMENTAR**

Assim como inúmeras espécies evoluem e se modificam, desta maneira conseguindo sobreviver com o passar do tempo, o mesmo ocorre com a sociedade que em sua evolução teve a necessidade de criar seus entes jurídicos a fim de possibilitar a sua ascendência para o futuro que hoje vivemos.

Gladson Mamede explica de forma didática a criação dos entes jurídicos e sua personalidade, afirmando que:

A evolução social, econômica e jurídica da humanidade determinou um interessante artifício jurídico: a constituição das pessoas morais, ou seja, de entes jurídicos que não sejam seres humanos, o que se faz pela atribuição de personalidade jurídica a seres escriturais: contratos e estatutos sociais, devidamente registrados, instituindo pessoas morais. Assim, essas pessoas têm personalidade, patrimônio e existência diversa de seus membros (sócios, associados e/ou administradores). Essa distinção tornou-se ainda mais relevante quando o Estado viu por bem estimular o investimento em atividade negociais, prevendo situações nas quais não haveria responsabilidade subsidiária de sócios e administradores pelas obrigações da pessoa moral (obrigações sociais). Como fruto desse limite de responsabilidade, aqueles que investissem nessas sociedades, subscrevendo quotas ou ações, somente responderiam pela obrigação de integralização do capital-social, não mais<sup>2</sup>.

Para o ordenamento jurídico brasileiro, toda pessoa física possui personalidade jurídica. Além das pessoas físicas, também se atribui personalidade às pessoas jurídicas. As pessoas jurídicas de direito privado (fundações particulares; associações civis, religiosas, pias, morais, científicas ou literárias; associações de utilidade pública; sociedades simples; sociedades empresárias; e partidos políticos<sup>3</sup>) somente passam a existir legalmente com a inscrição do ato constitutivo no respectivo registro, precedida, quando necessário, de autorização ou aprovação do Poder Executivo. A partir deste momento, passam a ter personalidade jurídica, assumindo direitos e obrigações, passando a responder autonomamente por seus atos.

Portanto, a personalidade jurídica e, conseqüentemente, a pessoa jurídica, nada mais é do que uma criação da lei com o intuito de atingir determinados resultados que são, “autonomia patrimonial, limitação ou supressão de responsabilidades individuais – não recobrando toda a esfera de responsabilidades individuais<sup>4</sup>.” Pela existência da personalidade jurídica, e sua separação da pessoa física de sócios e

---

<sup>2</sup> MAMEDE, Gladson. *Direito Empresarial Brasileiro: Falência e Recuperação de Empresas*. Atlas, 2009, p. 383.

<sup>3</sup> Código Civil Brasileiro, Art. 44. São pessoas jurídicas de direito privado:

I – as associações;  
II – as sociedades;  
III – as fundações;  
IV – as organizações religiosas;  
V – os partidos políticos.

<sup>4</sup> COMPARATO, Fabio Konder. *O Poder de Controle da Sociedade Anônima*. Ed. 3. Rio de Janeiro: Forense, 1983, p.279.

administradores, se faz necessário à existência de institutos com a finalidade de barrar abusos na utilização deste ente. Entra em cena, neste contexto, o instituto da desconsideração da personalidade jurídica - e o instituto da desconsideração da personalidade jurídica ao inverso -, responsabilizando pessoas físicas por atos fraudulentos realizados sob o manto da personalidade jurídica.

## 2.1 DA DESCONSIDERAÇÃO DA PERSONALIDADE JURÍDICA

A *Disregard Doctrine*, também conhecida como teoria da Desconsideração da Personalidade Jurídica, foi um instrumento jurídico concebido e utilizado inicialmente por países de origem do Direito Anglo-Saxão (principalmente Estados Unidos e Inglaterra). Desembarcou oficialmente em terras brasileiras através do ilustre jurista Rubens Requião, que por meio de conferência realizada na Universidade Federal do Paraná e com a publicação intitulada de: *Abuso de Direito e Fraude Através da Personalidade Jurídica*<sup>5</sup>. Apresentou, então, a teoria importada e trouxe novos rumos e esclarecimentos adequando-a ao Direito Pátrio, que relutava na aplicação da *Disregard Doctrine* pela existência do princípio da autonomia patrimonial, princípio este, visível através do artigo 20, do Código Civil de 1916:

Artigo 20. As pessoas jurídicas tem existência distinta da dos seus sócios.  
§2º. As sociedades enumeradas no art. 16. (art. 16 São pessoas jurídicas de direito privado: I – as sociedades civis, religiosas, pias, morais, científicas ou literárias, as associações de utilidade pública e as fundações; II – as sociedades mercantis; os partidos políticos), que, por falta de autorização ou de registro, se não reputarem pessoas jurídicas, não poderão acionar a seus membros, nem a terceiros, mas estes poderão responsabiliza-las por todos os seus atos.

Após a apresentação elaborada de Rubens Requião ao tema, a *Disregard Doctrine* passou a ser mais utilizada e difundida por advogados, juízes, legisladores e operadores do direito, que puderam perceber as exceções à aplicação ao artigo 20 do Código Civil de 1916.

Atualmente, o tema da Desconsideração da Personalidade Jurídica possui importante relevância ao Direito, chegando a estar presente direta ou indiretamente inclusive na legislação pátria (p. ex: Código Civil de 2002, art. 50, Código de Defesa

---

<sup>5</sup> REQUIÃO, Rubens. *Abuso de Direito e Fraude Através da Personalidade Jurídica*. Revista dos Tribunais. São Paulo, 1969.

do Consumidor, art. 28, Código Tributário Nacional, art. 124 e art. 135). No ano de 2015, já sancionado pela Presidente Dilma Vana Rousseff, o novo Código de Processo Civil, traz do seu artigo 133 ao artigo 137, a aplicabilidade deste instituto em debate, resultando em uma maior segurança jurídica aos aplicadores do direito que ainda tinha receios e dúvidas na forma de sua utilização.

### 2.1.1 DO CONCEITO

O princípio da separação ou independência do patrimônio da pessoa jurídica em relação àqueles que a compõem, explica Oksandro Gonçalves<sup>6</sup>, tornou-se dogma orientador de um sistema onde vigoravam ideias do liberalismo econômico, criando sobre a figura da pessoa jurídica o ideário de “véu impenetrável, sendo erigida à categoria de direito absoluto<sup>7</sup>.” Dessa forma, orientou-se o Estado Liberal de forma a permitir o pleno exercício da liberdade dos indivíduos, dotado de uma vontade autônoma, sem que houvesse intervenção, senão mínima, para fomentar a estrutura de mercado que se formava.

Quando se cria uma pessoa jurídica, agregando bens de produção, com o intuito da busca dos fins comuns dos sócios, esta se sujeita à função social da propriedade prevista constitucionalmente. Não há somente bens, mas, também, pessoas e a garantia de propriedade privada que acabam sendo mitigada por força daquele princípio. Assim, mais que atender aos interesses egoísticos, deve atender aos interesses maiores da coletividade. Na atualidade, as sociedades comerciais sofrem as consequências função social da propriedade, segundo a qual se deve atender aos interesses sociais e caso ocorra a indevida utilização das figuras societárias para a prática de atos nocivos à comunidade, em violação do preceito constitucional, sujeitam-se à desconsideração da personalidade jurídica, com a negativa do caráter absoluto da personificação<sup>8</sup>.

Rubens Requião, precursor da teoria sobre a desconsideração da personalidade jurídica no Brasil, nos ensina que:

---

<sup>6</sup> GONÇALVES, Oksandro Osdival. *Desconsideração da Personalidade Jurídica*. Juruá, 2004.

<sup>7</sup> GONÇALVES, Oksandro Osdival. *Desconsideração da Personalidade Jurídica*. Juruá, 2004, cit., p. 46; REQUIÃO, Rubens, *Abuso de Direito e Fraude através da Personalidade Jurídica*. Revista dos Tribunais, São Paulo, 1979, cit., p.15.

<sup>8</sup> Cf GONÇALVES, Oksandro Osdival. *Desconsideração da Personalidade Jurídica*. Juruá, 2004, p.47.

... o que se pretende com a doutrina do *disregard* não é a anulação da personalidade jurídica em toda sua extensão, mas apenas a declaração de sua ineficácia para determinado efeito, em caso concreto, em virtude de o uso legítimo da personalidade ter sido desviado de sua legítima finalidade ou para prejudicar credores ou violar a lei. Se se abusa de uma sociedade para fins alheios a sua razão de ser, a *disregard doctrine* evita que o direito tenha que sancionar tão temerária empresa. Com isto no fundo não se nega a existência da pessoa, senão que se preserva na forma com que o ordenamento jurídico a tem concebido<sup>9</sup>.

O superamento da pessoa jurídica não objetiva sua anulação, ou pura e simples supressão, mas tão somente desconsiderá-la - superá-la sem suprimi-la<sup>10</sup>. A teoria da desconsideração da pessoa jurídica, nada mais é do que a despersonalização da sociedade, tendo por objetivo a responsabilização do sócio ou de outra pessoa jurídica a ela ligada, pela prática de ato fraudulento ou abusivo, convalidando o ato jurídico e tornando ineficazes os efeitos da pessoa jurídica.

## 2.1.2 DA FINALIDADE

As sociedades com personalidade jurídica e, portanto, dotadas de autonomia patrimonial, não são intocáveis a ponto de se transformarem em escudos para negócios alheios ao objeto social, acobertando o patrimônio particular de seus respectivos sócios e/ou administradores. Sempre que utilizada para fins diversos ao de sua criação, há de ser desconsiderada sua personalidade autônoma com a consequente responsabilização patrimonial dos sócios por eventuais prejuízos causados a terceiros<sup>11</sup>.

---

<sup>9</sup> Cf. Op. Cit. p.17.

<sup>10</sup> PAES, Amador de Almeida. *Execução de Bens dos Sócios – Obrigações Mercantis, Tributárias, Trabalhistas – Da Desconsideração da Personalidade Jurídica (Doutrina e Jurisprudência)*. Saraiva, São Paulo, 2003, p.191.

<sup>11</sup> Cf. PAES, Amador de Almeida. *Execução de Bens dos Sócios – Obrigações Mercantis, Tributárias, Trabalhistas – Da Desconsideração da Personalidade Jurídica (Doutrina e Jurisprudência)*. Saraiva, São Paulo, 2003, p.193.

O que não pode ocorrer é confundir a desconsideração da personalidade jurídica com despersonalização. Esta visa à anulação da pessoa jurídica, por faltar condições de existência, enquanto aquela visa criar obstáculos à perpetuação de fraudes e abusos da pessoa jurídica que teve o desvirtuamento do instituto ou deturpação na sua finalidade. Frise-se, ainda, que desconsideração é diferente de responsabilidade direta dos atos dos sócios, gerentes ou diretores. Na mera responsabilização não há desvio de finalidades da sociedade, mas sim imputação direta de responsabilidade sobre pessoas dos sócios por atos próprios<sup>12</sup>.

Portanto, segundo Gladson Mamede “a desconsideração da personalidade jurídica não pode ser encarada como panaceia para atender a toda e qualquer situação de inadimplemento obrigacional pela pessoa jurídica. A desconsideração da personalidade jurídica é medida de exceção, a ser utilizada apenas em hipóteses específicas, entre as quais se destacam o uso ilícito (doloso) ou o uso fraudulento da pessoa jurídica. O legislador, todavia, trouxe outras previsões, a exemplo do desvio de finalidade e a confusão patrimonial”. E finaliza, afirmando que “a mera insolvência da sociedade não causa, por si só, para responsabilizar terceiros, incluindo sócios e administradores<sup>13</sup>.”

Importante destacar que a aplicação desta teoria, somente será viável quando não houver mais patrimônio da pessoa jurídica situado na mesma comarca da execução, livres e desembargados<sup>14</sup>, não podendo ser ignorada a personalidade jurídica sem que estejam presentes os critérios para sua superação<sup>15</sup>.

### 2.1.3 DA TEORIA MAIOR DA DESCONSIDERAÇÃO DA PERSONALIDADE JURÍDICA

Dentro do instituto em estudo, há duas teorias e entre elas existe tamanha diferença, que podemos falar em duas formulações para a desconsideração da personalidade jurídica, sendo a teoria maior aquela mais elaborada, que condiciona o

---

<sup>12</sup> Cf. GOMES, Magno Federici; MAIA, Estefânia Lima. *Revista Síntese do Direito Civil e Processual Civil – Questões Processuais da Desconsideração da Personalidade Jurídica no Código de Defesa do Consumidor*, São Paulo, 2011, p.24.

<sup>13</sup> MAMEDE, Gladson. *Direito empresarial brasileiro: Falência e recuperação de empresas*. Atlas, 2009, p. 385.

<sup>14</sup> Art.795 do CPC/73 e art. 596 do CPC/15.

<sup>15</sup> *Ibid.*, p.25.

afastamento em determinados casos da autonomia patrimonial das pessoas jurídicas à manipulação fraudulenta ou abusiva do instituto<sup>16</sup>.

A teoria maior da *Disregard Doctrine* traz uma maior gama de pressupostos a serem preenchido, e somente existindo estas especificidades é que pode ser retirado o manto que cobre o ente por sua personalidade jurídica. Estas especificidades são muito claras, sendo casos em que haja explicitamente, de forma que se possa provar a existência de fraudes ou abusos pela má utilização da pessoa jurídica. Portanto, a teoria maior vem demonstrar que a Desconsideração da Personalidade Jurídica não deve ser aplicada pelo simples fato da pessoa jurídica não cumprir com as suas obrigações, mas sim na existência de fraude ou abuso da pessoa jurídica.

#### 2.1.4 DA TEORIA MENOR DA DESCONSIDERAÇÃO DA PERSONALIDADE JURÍDICA

Já a teoria menor “reflete a crise do princípio da autonomia patrimonial, quando referente a sociedades empresárias<sup>17</sup>.” De acordo com a teoria menor, se a sociedade não possui patrimônio, mas o sócio é solvente, isso basta para responsabilizá-lo por obrigações daquela, não havendo preocupação em distinguir a utilização fraudulenta, nem indagar se houve ou não abuso de forma<sup>18</sup>.

Sucintamente, seria à eliminação do princípio da separação entre pessoa jurídica e seus integrantes.

A decisão ao recurso especial de nº 279273/SP elucida e traz explicações à teoria menor da *disregard doctrine*:

Responsabilidade civil e Direito do consumidor. Recurso especial. Shopping Center de Osasco-SP. Explosão. Consumidores. Danos materiais e morais. Ministério Público. Legitimidade ativa. Pessoa jurídica. Desconsideração. Teoria maior e teoria menor. Limite de responsabilização dos sócios. Código de Defesa do Consumidor. Requisitos. Obstáculo ao ressarcimento de prejuízos causados aos consumidores. Art. 28, § 5º. - Considerada a proteção do consumidor um dos pilares da ordem econômica, e incumbindo ao Ministério Público a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis, possui o Órgão Ministerial legitimidade para atuar em defesa de interesses individuais homogêneos de consumidores, decorrentes de origem comum. (...) A teoria menor da desconsideração, acolhida em nosso ordenamento jurídico excepcionalmente no Direito do Consumidor e no Direito Ambiental, incide

<sup>16</sup> ULHOA, Fábio Coelho. *Curso de Direito Comercial*, Vol. 2, Ed. 9, Saraiva, 2006, p.35.

<sup>17</sup> Ibid., p. 46.

<sup>18</sup> Cf. Ibid., p.46.



com a mera prova de insolvência da pessoa jurídica para o pagamento de suas obrigações, independentemente da existência de desvio de finalidade ou de confusão patrimonial. - Para a teoria menor, o risco empresarial normal às atividades econômicas não pode ser suportado pelo terceiro que contratou com a pessoa jurídica, mas pelos sócios e/ou administradores desta, ainda que estes demonstrem conduta administrativa proba, isto é, mesmo que não exista qualquer prova capaz de identificar conduta culposa ou dolosa por parte dos sócios e/ou administradores da pessoa jurídica. - A aplicação da teoria menor da desconsideração às relações de consumo está calcada na exegese autônoma do § 5º do art. 28, do CDC, porquanto a incidência desse dispositivo não se subordina à demonstração dos requisitos previstos no caput do artigo indicado, mas apenas à prova de causar, a mera existência da pessoa jurídica, obstáculo ao ressarcimento de prejuízos causados aos consumidores. - Recursos especiais não conhecidos<sup>19</sup>.

Basicamente, esta seria a teoria menos elaborada, onde ocorre a aplicação da Desconsideração da Personalidade Jurídica pelo simples fato de magistrados se entenderem livres a utilizar do instituto, tendo somente como justificativa a frustração do credor da sociedade, não levando em consideração fatores que normalmente são necessários, como por exemplo, a existência de fraude.

## 2.1.5 DA DESCONSIDERAÇÃO DA PERSONALIDADE JURÍDICA NO NOVO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL BRASILEIRO

O Novo Código de Processo Civil, Lei 13.105 de 2015, sancionado em 16 de março de 2015 pela Presidente Dilma Vana Rousseff, vem substituir o Código de 1973 e como é elucidado na exposição de motivos do novo CPC<sup>20</sup>, “o Código de 1973, operou satisfatoriamente durante duas décadas, porém, a partir dos anos noventa, entretanto, sucessivas reformas introduziram no Código significativas alterações, com o objetivo de adaptar as normas processuais a mudanças na sociedade e no funcionamento das instituições.” O Novo Código de Processo Civil, vem para alterar alguns atos jurídicos, trazer uma maior celeridade e também normatizar processualmente alguns temas, dentre eles, a teoria em estudo.

---

<sup>19</sup> STJ – Recurso Especial n.º 279273; Min. Ari Pargendler; 04.12.2003.

<sup>20</sup> *Anteprojeto do Novo Código de Processo Civil*; Comissão de juristas instituída pelo ato do Presidente do Senado Federal n.º 379 de 2009; Brasília 2010; site: <http://www.senado.gov.br/senado/novocpc/pdf/anteprojeto.pdf>.

No anteprojeto do novo código, em sua exposição de motivos, a Desconsideração da Personalidade Jurídica é citada, explicando a necessidade de leis ordinárias estarem em harmonia com relação à Constituição Federal da República e que para isto, muitas regras foram concebidas, dando concreção a princípios constitucionais, como, por exemplo, as que preveem um procedimento, com contraditório e produção de provas, prévio à decisão que desconsidera da pessoa jurídica, em sua versão tradicional, ou “às avessas”<sup>21</sup>.

Visualizando o novo código, o que chama atenção é o Capítulo IV, do Título III, do Livro III, em que há a incorporação da teoria da *Disregard Doctrine*, através de cinco artigos, na tentativa de normatizar processualmente a Desconsideração da Personalidade Jurídica.

#### DO INCIDENTE DE DESCONSIDERAÇÃO DA PERSONALIDADE JURÍDICA

Art. 133. O incidente de desconsideração da personalidade jurídica será instaurado a pedido da parte ou do Ministério Público, quando lhe couber intervir no processo.

§ 1º O pedido de desconsideração da personalidade jurídica observará os pressupostos previstos em lei.

§ 2º Aplica-se o disposto neste Capítulo à hipótese de desconsideração inversa da personalidade jurídica.

Art. 134. O incidente de desconsideração é cabível em todas as fases do processo de conhecimento, no cumprimento de sentença e na execução fundada em título executivo extrajudicial.

§ 1º A instauração do incidente será imediatamente comunicada ao distribuidor para as anotações devidas.

§ 2º Dispensa-se a instauração do incidente se a desconsideração da personalidade jurídica for requerida na petição inicial, hipótese em que será citado o sócio ou a pessoa jurídica.

§ 3º A instauração do incidente suspenderá o processo, salvo na hipótese do § 2º.

§ 4º O requerimento deve demonstrar o preenchimento dos pressupostos legais específicos para desconsideração da personalidade jurídica.

Art. 135. Instaurado o incidente, o sócio ou a pessoa jurídica será citado para manifestar-se e requerer as provas cabíveis no prazo de 15 (quinze) dias.

Art. 136. Concluída a instrução, se necessária, o incidente será resolvido por decisão interlocutória.

Parágrafo único. Se a decisão for proferida pelo relator, cabe agravo interno.

Art. 137. Acolhido o pedido de desconsideração, a alienação ou a oneração de bens, havida em fraude de execução, será ineficaz em relação ao requerente.

Para Luiz Guilherme Marinoni, a previsão pelo até então projeto de lei do incidente de Desconsideração da Personalidade Jurídica é positiva, pois se trata de

---

<sup>21</sup> *Anteprojeto do Novo Código de Processo Civil*; Comissão de juristas instituída pelo ato do Presidente do Senado Federal nº 379 de 2009; Brasília 2010; site: <http://www.senado.gov.br/senado/novocpc/pdf/anteprojeto.pdf>.

medidas que visam resguardar o direito ao contraditório daqueles que podem ter as suas esferas jurídicas afetadas por decisão judicial a cujo respeito não tiveram a oportunidade de influir na formação. Sendo obrigatório a observância do incidente (art. 795, §4º do CPC<sup>22</sup>) para a Desconsideração da Personalidade Jurídica<sup>23</sup>.

O Novo Código de Processo Civil apresenta respostas a alguns questionamentos dos profissionais do direito, dentre eles o da possibilidade de requerer a Desconsideração da Personalidade Jurídica em todas as fases do processo de conhecimento, no cumprimento de sentença e na execução fundada em título executivo extrajudicial, podendo ser a pedido da parte ou do Ministério Público. A instauração do requerimento se dará de forma incidente (ocorrendo a dispensa do incidente, caso requerido em petição inicial), e o pedido de Desconsideração será resolvido por decisão interlocutória.

Outra consideração importante a ser feita é a introdução pela primeira vez no ordenamento jurídico brasileiro, da Desconsideração da Personalidade Jurídica ao Inverso, através do artigo 133, §2º.

É claro que o Novo Código de Processo Civil, não abarca todas as regulamentações necessárias para o tema da Desconsideração, mas não deixa de ser o início do caminho a ser trilhado, sendo imensurável a importância destas inovações, pois pela primeira vez há uma normatização de como aplicar a Desconsideração da Personalidade Jurídica e também da teoria ao Inverso, trazendo uma maior segurança jurídica aqueles que utilizaram destes institutos. Agora, importante destacar que “... é pacífico na doutrina e na jurisprudência que a desconsideração da personalidade jurídica não depende de qualquer alteração legislativa para ser aplicada, na medida em que se trata de instrumento de repressão a atos fraudulentos. Quer dizer, deixar de aplica-la a pretexto de inexistência de dispositivo legal expresso, significaria expressamente amparar a fraude<sup>24</sup>”. Ou simplificando, não se faz necessário estar expressamente em lei à Desconsideração ou como aplicá-la, para que se possa pleitear por ela, pois se no caso concreto ocorreu

---

<sup>22</sup> Art. 795. Os bens particulares do sócios não respondem pelas dívidas da sociedade, senão nos casos previstos em lei.

§4º. Para a desconsideração da personalidade jurídica é obrigatório a observância do incidente previsto neste Código.

<sup>23</sup> Cf. MARINONI, Luiz Guilherme, *O Projeto do CPC – Críticas e Proposta*, São Paulo, Revistas dos Tribunais, 2010, p.80.

<sup>24</sup> ULHOA, Fábio Coelho. *Curso de Direito Comercial*, Vol. 2, Ed. 9, Saraiva, 2006, p.37.

uma das variantes de sua aplicabilidade, deve se pleitear a Desconsideração da Personalidade Jurídica independentemente de haver lei que resguarde tal pedido.

## 2.2 DA DESCONSIDERAÇÃO DA PERSONALIDADE JURÍDICA AO INVERSO

A teoria da Desconsideração pode ser usada tanto para responsabilizar sócios de uma pessoa jurídica como ao inverso, responsabilizando o ente jurídico por atos de pessoas físicas que se utilizam intencionalmente deste ente para de alguma maneira prejudicar terceiros, se inibindo de sua responsabilidade como pessoa física.

Fábio Ulhoa Coelho, cita que a teoria ao Inverso é utilizada para “desconsiderar a autonomia patrimonial da pessoa jurídica para responsabilizá-la por obrigação de sócio (Bastid-David-Luchaire, 1960:47)<sup>25</sup>.”

A Desconsideração da Personalidade Jurídica ao Inverso coíbe a ação, em que o devedor transfere seus bens pessoais para uma pessoa jurídica que possui absoluto controle e desse modo, contínua a usufruí-los, apesar de não estarem mais em seu nome. Com esta manipulação, credores não podem executar tais bens e o devedor mantém seu padrão de vida utilizando o nome da pessoa jurídica<sup>26</sup>. Contudo, como se trata de pessoa jurídica, ao sócio é atribuída a participação societária e segundo Fábio Ulhoa Coelho, essas cotas em regra são:

(...) penhoráveis para a garantia do cumprimento das obrigações do seu titular (apenas são impenhoráveis as quotas sociais de sociedade limitada de pessoas). Quando, porém, a pessoa jurídica reveste forma associativa ou fundacional, ao seu integrante ou instituidor não é atribuído nenhum bem correspondente à respectiva participação na constituição do novo sujeito de direito. Quer dizer, o sócio da associação ou o instituidor da fundação, desde que mantenham controle total sobre os seus órgãos administrativos, podem concretizar com maior eficácia a fraude do desvio de bens<sup>27</sup>.

Também, podem ocorrer casos em que sócio se retira do quadro associativo mediante alteração contratual de transferência de suas quotas, não mantendo mais nenhum vínculo com a pessoa jurídica e com isto, não possuindo mais bens particulares muito menos participação da sociedade que ainda assim, há o conhecimento do gerenciamento por parte do devedor através de familiares ou “laranjas” da pessoa jurídica. Através desta ação, encontrando-se o devedor em

---

<sup>25</sup> ULHOA, Fábio Coelho. *Curso de Direito Comercial*, Vol. 2, Ed. 9, Saraiva, 2006, p.45.

<sup>26</sup> Cf. *Ibid.*, p.45.

<sup>27</sup> Cf. Fábio Coelho. *Curso de Direito Comercial*, Vol. 2, Ed. 9, Saraiva, 2006, p.45.

estado de indigência financeira e, por conseguinte, inviabilizando de cumprir com suas obrigações. Para este caso, a aplicação da teoria da Desconsideração da Personalidade Jurídica ao Inverso é a ferramenta adequada a se utilizar, trazendo a responsabilidade para a sociedade que o devedor se esconde através da máscara societária. A Desconsideração ao Inverso propicia que os credores tenham a possibilidade de dirigir-se contra o patrimônio dos sócios, com a que os credores de um destes possam dirigir-se contra o patrimônio da sociedade<sup>28</sup>.

A fim de demonstrar a aplicação da teoria ao Inverso, segue ementas de julgados aplicando e trazendo explicações a teoria em estudo.

EMBARGOS DE TERCEIRO. DESCONSIDERAÇÃO INVERSA DA PERSONALIDADE JURÍDICA. PENHORA DAS COTAS DO SUPERSÓCIO. EXCESSO DE PENHORA. LITIGÂNCIA DE MÁ-FÉ. 1. O CÓDIGO CIVIL NÃO ABARCA EXPRESSAMENTE A DOUTRINA DA DESCONSIDERAÇÃO INVERSA DA PERSONALIDADE JURÍDICA. SOBRE O TEMA, MELHOR EXPLICAM PABLO STOLZE GAGLIANO E RODOLFO PAMPLONA FILHO: "DEIXOU, ENTRETANTO [O PROJETO DO NOVO CÓDIGO CIVIL], LAMENTAVELMENTE, DE FAZER REFÊNCIA À DENOMINADA 'DESCONSIDERAÇÃO INVERSA', QUE SE DÁ QUANDO O INDIVÍDUO COLOCA EM NOME DA EMPRESA SEUS PRÓPRIO BENS, VISANDO PREJUDICAR TERCEIROS. EXEMPLO: EM RECEIO DE EVENTUAL PARTILHA DETRIMENTOSA DE BENS, O SUJEITO CASADO COLOCA SEU PATRIMÔNIO EM NOME DA EMPRESA DA FAMÍLIA. EM TAL CASO, DEVERÁ O JUIZ DESCONSIDERAR INVERSAMENTE A PERSONALIDADE DA SOCIEDADE EMPRESÁRIA PARA ATINGIR O PRÓPRIO PATRIMÔNIO SOCIAL, QUE PERTENCE, EM VERDADE, À PESSOA FÍSICA FRAUDADORA. "REZA O ENUNCIADO Nº 283 DO CENTRO DE ESTUDOS JUDICIÁRIOS DO CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL: "É CABÍVEL A DESCONSIDERAÇÃO DA PERSONALIDADE JURÍDICA DENOMINADA 'INVERSA' PARA ALCANÇAR BENS DE SÓCIO QUE SE VALEU DA PESSOA JURÍDICA PARA OCULTAR OU DESVIAR BENS PESSOAIS, COM PREJUÍZO À TERCEIROS(...)"<sup>29</sup>.

Também explica e mantém a aplicabilidade da desconsideração da personalidade jurídica ao inverso, o julgamento do Superior Tribunal de Justiça a seguir:

PROCESSUAL CIVIL E CIVIL. RECURSO ESPECIAL. EXECUÇÃO DE TÍTULO JUDICIAL. ART. 50 DO CC/02. DESCONSIDERAÇÃO DA PERSONALIDADE JURÍDICA INVERSA. POSSIBILIDADE. (...) III – A desconsideração inversa da personalidade jurídica caracteriza-se pelo afastamento da autonomia patrimonial da sociedade, para, contrariamente do que ocorre na desconsideração da personalidade propriamente dita, atingir o ente coletivo e seu patrimônio social, de modo a responsabilizar a pessoa

---

<sup>28</sup> Cf. PEREIRA, Fabricio Fabiani. *Trabalho para conclusão do curso em direito de família. A Desconsideração da Personalidade Jurídica no Direito de Família*. Pontifícia Universidade Católica do Paraná. 2002, p. 33.

<sup>29</sup> TJDF – Apelação Cível n.º 20060111225425; Rel. Des. Waldir Leôncio Júnior; 12.11.2008.

jurídica por obrigações do sócio controlador. IV Considerando-se que a finalidade da *disregard doctrine* é combater a utilização indevida do ente societário por seus sócios, o que pode ocorrer também nos casos em que o sócio controlador esvazia o seu patrimônio pessoal e o integraliza na pessoa jurídica, conclui-se, de uma interpretação teleológica do art. 50 do CC/02, ser possível a desconsideração inversa da personalidade jurídica, de modo a atingir bens da sociedade em razão de dívidas contraídas pelo sócio controlador, conquanto preenchidos os requisitos previstos na norma. V – A desconsideração da personalidade jurídica configura-se como medida excepcional. Sua adoção somente é recomendada quando forem atendidos os pressupostos específicos relacionados com a fraude ou abuso de direito estabelecidos no art. 50 do CC/02. Somente se forem verificados os requisitos de sua incidência, poderá o juiz, no próprio processo de execução, “levantar o véu” da personalidade jurídica para que o ato de expropriação atinja os bens da empresa. (...) Recurso especial não provido<sup>30</sup>.

O que se percebe é que, mesmo não havendo legislação brasileira vigente que especifique a Desconsideração da Personalidade Jurídica ao Inverso, os profissionais do direito utilizam por analogia a teoria da *Disregard Doctrine* tradicional, cabendo aos magistrados aplicar ou não ao caso concreto, mas devendo sempre visualizar a ocorrência de transferência do patrimônio, saída do quadro associativo, utilização de “laranjas” ou familiares dentro da pessoa jurídica, mantendo-se o devedor de alguma forma no gerenciamento da pessoa jurídica e aparentando para terceiros, o seu estado de completa penúria.

### 2.2.1 DA DESCONSIDERAÇÃO DA PERSONALIDADE JURÍDICA AO INVERSO NO DIREITO DE FAMÍLIA

As sociedades conjugais existentes através do casamento, união estável e união homoafetiva, não possuem personalidade jurídica, não podendo possuir bens em nome desta sociedade, ocorrendo sempre à titularidade destes bens por um ou outro cônjuge.

O que ocorre é que, por existir esta titularidade somente em nome de um dos cônjuges, caso haja a intenção de causar algum dano à meação do co-sócio conjugal, motivada por qualquer força egoística ou por receio de que a sociedade conjugal chegue ao fim, companheiros acabam se utilizando de sociedades com personalidade jurídica com o intuito de ingressar todos os bens construídos dentro daquela família ao acervo da sociedade comercial (ocorrendo muitas vezes com o consentimento da companheira ou companheiro), e quando sobrevém a crise matrimonial, os bens que

---

<sup>30</sup> STJ – Recurso Especial n.º 948117; Rel. Min. Nancy Andrighi; 22.06.2010.

antes possuíam proteção pela sociedade conjugal, que deveriam estar disponíveis para futura partilha desaparecem, agora fazendo parte do ente jurídico criado e utilizado por um dos cônjuges, podendo assim, livremente utilizar o bens que deveriam ser igualmente divididos. Ou ainda, quando cônjuges vão mais longe e se utilizam de laranjas para se desvincular oficialmente da sociedade por este dirigida, demonstrando em juízo completo estado de penúria e insolvência, porém, mantém seu padrão de vida fazendo uso do ente jurídico por ele criado para fraudar a sociedade conjugal<sup>31</sup>.

São nestes casos que o juiz deve levantar o véu societário, responsabilizando pelo desvio do ex-cônjuge ou ex-companheiro a pessoa jurídica, obrigando esta a cumprir com a responsabilidade do causador do ato fraudulento.

A fim de trazer maior clareza ao assunto abordado, se faz necessário a leitura dos apontamentos feitos por Fábio Ulhoa Coelho:

A desconsideração invertida ampara, de forma especial, os direitos de família. Na desconstituição do vínculo de casamento ou de união estável, a partilha de bens comuns pode resultar fraudada. Se um dos cônjuges ou companheiros, ao adquirir bens de maior valor, registra-os em nome de pessoa jurídica sob seu controle, eles não integram, sob o ponto de vista formal, a massa a partilhar. Ao se desconsiderar a autonomia patrimonial, será possível responsabilizar a pessoa jurídica pelo devido ao ex-cônjuge ou ex-companheiro do sócio, associado ou instituidor<sup>32</sup>.

A Desconsideração da Personalidade Jurídica ao Inverso no Direito de Família é uma ferramenta na busca por garantir o direito de ex-cônjuge ou ex-companheiro que sofre fraude contra sua meação e ainda, ferramenta que em alguns casos pode ser a garantidora de direitos fundamentais, como no caso da obrigação de alimentar em que o alimentante se esquivava de suas obrigações demonstrando seu estado de penúria, mas mantendo um bom padrão de vida utilizando-se da pessoa jurídica para fraudar e se esquivar de suas responsabilidades.

## 2.2.2 DA DESCONSIDERAÇÃO DA PERSONALIDADE JURÍDICA AO INVERSO NO DEVER DE ALIMENTAR

---

<sup>31</sup> MADALENO, Rolf. *A Disregard e a sua Efetivação no Juízo de Família*. Livraria do Advogado, 1999, p. 37-38.

<sup>32</sup> *Ibid.*, p. 45.

É de grande possibilidade de que, no âmbito dos alimentos judicialmente requisitados, é onde ocorrem por certo, com maior e mais inquietante frequência, os atos que procuram dissimular pela via societária a verdadeira capacidade econômica e financeira da pessoa física que tem o dever de alimentos<sup>33</sup>.

Importante frisar que, na prática forense, os alimentos usualmente restam estipulados em juízo com a útil escora na conhecida teoria da aparência, sempre quando o alimentante sendo empresário, profissional liberal ou autônomo e, até mesmo quando se apresente supostamente desempregados, mas, entretanto, ele circule ostentando riqueza incompatível com a sua alegada carestia. É necessária a aplicação da teoria da aparência por ser praticamente impossível, aferir a exata dimensão dos regulares e periódicos ingressos financeiros dos alimentantes que não são empregados, sendo a única maneira do arbitramento judicial, através de coleta pelo julgador de elementos probatórios de convicção pessoal, sustentados na envergadura do patrimônio do obrigado alimentar. Quanto à pesquisa dos ingressos financeiros, costumeiramente tem sido dificultada pelo alimentante, quando, sendo ele sócio de alguma empresa, aproveita-se deste fato para agir escondido sob o véu empresarial, mantendo vida e atividade notoriamente próspera, em contraponto ao seu miserável estado de indigência, considerando os parcos rendimentos que a sociedade lhe alcança com o *pro labore*, isto quando ele não se retira ficticiamente da sociedade, embora siga nela atuando na suposta condição de preposto<sup>34</sup>.

O Tribunal de Justiça de Santa Catarina, em julgamento ao agravo de instrumento de nº 817956 traz explicações de forma clara à Desconsideração da Personalidade Jurídica ao Inverso.

AGRAVO DE INSTRUMENTO. EXECUÇÃO DE ALIMENTOS. DECISÃO QUE DESCONSIDEROU INVERSAMENTE A PERSONALIDADE DA PESSOA JURÍDICA. ALEGAÇÃO DE QUE OS SÓCIOS NÃO AGIRAM DE FORMA ILEGAL. TODAS AS PROPRIEDADES MÓVEIS E IMÓVEIS UTILIZADAS PELO AGRAVANTE ESTÃO EM NOME DAS EMPRESAS. AUSÊNCIA DE BENS EM SEU NOME. Para a desconsideração inversa da personalidade jurídica de uma empresa é necessário que reste demonstrado nos autos o desvio de bens da pessoa física do sócio para a pessoa jurídica da qual possua controle absoluto, continuando ainda a usufruir de tais bens. (...)

---

<sup>33</sup> Cf. MADALENO, Rolf. *A Disregard e a sua Efetivação no Juízo de Família*. Livraria do Advogado, 1999, p. 86.

<sup>34</sup> Cf. MADALENO, Rolf. *A Disregard e a sua Efetivação no Juízo de Família*. Livraria do Advogado, 1999, p. 87.



Ainda, dentro do mesmo acórdão é possível extrair a aplicação da teoria da aparência, em que o julgador se vale de elementos probatórios a fim de proporcionar à sua convicção pessoal, declarando válida a aplicação da *Disregard* ao Inverso.

Assim, há a possibilidade da desconsideração inversa da personalidade jurídica pois "o requerido se vale da empresa para mascarar a própria vida patrimonial, dado que, injustificadamente, não possui bens em seu nome, nem numerário o bastante ao pagamento do débito considerável. Impedir a desconsideração inversa da personalidade, neste caso particular, implica em prestigiar a fraude à lei, e ao descrédito à Justiça" (Juiz de Direito Flavio Andre Paz de Brum, na Ação Cautelar de Sequestro n. 023.10.049446-6, fl. 149). INTIMAÇÃO DA EMPRESA QUE TEVE SUA PERSONALIDADE DESCONSIDERADA. AUSÊNCIA DE NECESSIDADE. EXECUTADO SÓCIO MAJORITÁRIO E ADMINISTRADOR DA REFERIDA EMPRESA. PRINCÍPIO DA ECONOMIA E CELERIDADE PROCESSUAL. SUA INTIMAÇÃO PESSOAL PODE SER CONVALIDADA PARA A PESSOA JURÍDICA EM QUESTÃO. TEORIA DA APARÊNCIA. Com intuito de homenagear a celeridade e economia processual, tendo em vista que se trata de execução de alimentos, e a demora no julgamento castigará ainda mais a alimentante, a qual tem, atualmente, seu direito obstruído, a medida mais acertada é suprimir a intimação da empresa, uma vez que o agravante, já ciente de toda a situação jurídica instaurada, é seu sócio majoritário, além de ser o administrador isolado, podendo intervir caso entenda existir qualquer prejuízo à empresa. Aplica-se ainda, a Teoria da Aparência de Direito, a qual consiste em permitir que certas situações meramente aparentes e que não correspondem à realidade passem a ter validade jurídica como se fossem verdadeiras, objetivando a proteção do terceiro de boa-fé, no caso, a alimentante, na busca de um processo célere, justo e, por via indireta, preservando a credibilidade do ordenamento jurídico como um todo. (...) <sup>35</sup>.

Dessarte, visando coibir estas ações inescrupulosas que configuram uma odiosa postura criminal de abandono material por parte de cônjuge ou genitor, negando os adequados alimentos, a teoria da Desconsideração da Personalidade Jurídica ao Inverso nos traz a possibilidade de responsabilizar a pessoa jurídica pelos atos fraudulentos de sócios integrantes ou não do quadro associativo de determinada pessoa jurídica, fazendo que o ente jurídico cumpra com a obrigação alimentar de quem realmente deveria cumprir, sendo possível inclusive, responsabilizar criminalmente a pessoa jurídica <sup>36</sup>.

Rolf Madaleno assevera nos casos de indícios do uso fraudulento da pessoa jurídica que “soa covarde que decisões prossigam protegendo o sigilo e a suposta individualidade patrimonial da personalidade jurídica, nas mais diversificadas hipóteses, que vão desde o simples indeferimento do pedido de ofício solicitando que venham aos autos as contas bancárias exploradas pela empresa da qual o devedor

<sup>35</sup> TJSC – Agravo de Instrumento n.º817956; Rel. Carlos Prudêncio; 24.11.2011.

<sup>36</sup> Cf. MADALENO, Rolf. *A Disregard e a sua Efetivação no Juízo de Família*. Livraria do Advogado, 1999, p. 89.

de alimentos é o principal sócio, passando inclusive, pelo indeferimento de perícia contábil na escrita da empresa, com visitas ao levantamento dos ganhos hauridos pelo sócio devedor alimentar<sup>37</sup>.”

Deveria entender-se de que a *Disregard Doctrine* não só deve servir aos casos de insolvência alimentícia fraudulenta, mas também, ao seu arbitramento no processo ordinário de conhecimento, ou ainda, em relação à sua execução judicial<sup>38</sup>.

### 2.2.3 DA APLICAÇÃO DA TEORIA AO INVERSO NO DEVER DE ALIMENTAR

Os Tribunais brasileiros, sempre que existam provas que comprovem a possibilidade da aplicação da teoria da desconsideração da personalidade jurídica ao inverso no dever de alimentar a aplicam, visando garantir o direito fundamental expresso pela Constituição Federal do Brasil que é o direito a alimentos.

Segue alguns julgados aplicando o tema em questão:

ALIMENTOS. AÇÃO REVISIONAL. APTIDAO DA PESSOA FISICA, TITULAR DA PESSOA JURIDICA, PARA PENSIONAR. A TEORIA DA PERSONALIDADE (ART. 20 DO CÓDIGO CIVIL). DESCONSIDERACAO. A TRANSFERENCIA DE QUOTAS SOCIAIS, DO SOCIO QUASE ABSOLUTO DE EMPRESA, PARA O NOME DE SUA SOGRA, EM EVIDENTE FRAUDE A LEI DE ALIMENTOS, E INEFICAZ EM FACE DO CREDOR. SENTENCA CONFIRMADA<sup>39</sup>.

APELAÇÕES CÍVEIS. AÇÃO DE SEPARAÇÃO JUDICIAL. DESCONSIDERAÇÃO INVERSA DA PERSONALIDADE JURÍDICA. CONFUSÃO PATRIMONIAL COMPROVADA. INCLUSÃO NA PARTILHA DO VALOR DOS BENS IMÓVEIS REGISTRADOS EM NOME DA PESSOA JURÍDICA, PROPORCIONALMENTE À PARTICIPAÇÃO SOCIETÁRIA DO VARÃO. APURAÇÃO DO VALOR DA MEAÇÃO EM LIQUIDAÇÃO DE SENTENÇA. MANUTENÇÃO DO PENSIONAMENTO FIXADO EM FAVOR DO EX-CÔNJUGE ATÉ ÚLTIMAÇÃO DA PARTILHA. VERBA ALIMENTAR ARBITRADA EM FAVOR DA FILHA MAIOR COMUM. REDUÇÃO EM MAIOR EXTENSÃO. POSSIBILIDADE. PREQUESTIONAMENTO. 1. Caso em que o conjunto probatório carreado aos autos revelou a efetiva ocorrência de confusão entre o patrimônio do casal e o da pessoa jurídica em que o varão, apesar de ter se retirado formalmente do quadro societário, permaneceu apresentando-se como sócio e praticando negócios em seu nome (...) APELO DO AUTOR PARCIALMENTE PROVIDO. APELO DAS RÉS DESPROVIDO<sup>40</sup>.

---

<sup>37</sup> Ibid., p. 90 - 91.

<sup>38</sup> Cf. Ibid. 87.

<sup>39</sup> TJRS – Apelação Cível n.º 590092128; Rel. Clarindo Favretto; 04.04.1991.

<sup>40</sup> TJRS – Apelação Cível n.º 70058530924; Rel. Ricardo Moreira Lins Pastil; 26.06.2014.

Conclui-se que a teoria é aceita pelos magistrados nos casos em que haja grande demonstração da confusão patrimonial realizada através de fraude arquitetada pelo alimentante, ocasionando prejuízos a outra parte da lide, demonstrando que o julgador se utiliza da teoria maior para aplicar a desconsideração ao inverso no dever de alimentar, diferentemente de como ocorre no direito do consumidor, que utiliza da teoria menor, mais abrangente e que pode ser utilizada até mesmo no caso de mero ressarcimento, mesmo não havendo as hipóteses de fraude ou desvio de finalidade.

#### 2.2.4 DA TEORIA AO INVERSO NA EXECUÇÃO DE ALIMENTOS

O calvário no pleito por alimentos, só aumenta no momento da execução, quando depois de judicialmente estipulada a pensão alimentar, o alimentante transfere suas quotas sociais para parentes ou “laranjas”, simulando seu afastamento da sociedade, porém, prosseguindo no leme da direção da empresa, atuando com procuração.

Ou então, o tormento ocorre pelo uso rotineiro a fim de esquivar-se da dívida alimentar, fundado na circunstância de a pessoa jurídica possuir bens, enquanto o seu sócio, devedor dos alimentos, vive numa completa indigência<sup>41</sup>.

É destas ações que se vislumbra a possibilidade da aplicação da Desconsideração da Personalidade Jurídica ao Inverso na execução de alimentos. O magistrado Jorge Luis Costa Beber<sup>42</sup>, não vê qualquer barreira para a aplicação da teoria da Desconsideração da Personalidade Jurídica na seara familiar e, por conseguinte na execução de alimentos, acrescentando que “em especial no tocante aos alimentos, estimo ser perfeitamente viável o uso da teoria ora em exame, tanto na fase de cognição, como na execução, sobretudo nesta última, já que a constrição de bens para satisfação do débito alimentar se impõe cada vez mais como medida necessária e imprescindível, fruto do entendimento jurisprudencial vigente, contra o qual mantenho reservas pessoais, que limita a utilização da modalidade executiva prevista pelo art. 733 do CPC.”

---

<sup>41</sup> MADALENO, Rolf. *A Disregard e a sua Efetivação no Juízo de Família*. Livraria do Advogado, 1999, p. 96.

<sup>42</sup> Op. Cit., p.98.

“A elevada responsabilidade alimentar, que diz com a própria vida do credor não pode ser barrada pelo singelo gesto de cerrar a porta da personalidade jurídica, como se fosse um território de completa imunidade judicial<sup>43</sup>.”

Portanto, considerando que a teoria da *Disregard Doctrine* já está difundida em solo brasileiro; considerando que a Desconsideração da Personalidade Jurídica ao Inverso tem cada vez mais sua utilização pelos profissionais do direito; considerando que a aplicação pelos magistrados, caso haja a demonstração das características necessárias é favorável à aplicação da Desconsideração da Personalidade Jurídica ao Inverso; e considerando que o maior intuito desta ferramenta jurídica no tocante a alimentos é o da efetivação das obrigações alimentares; não há objeções a serem feitas na sua aplicação nos casos especificados, devendo ter o seu uso tanto em ações de execução de alimentos, como nas ações de conhecimento, pois na luta contra fraudes e desvio de finalidade da pessoa jurídica, a Desconsideração da Personalidade Jurídica ao Inverso é uma ferramenta de grande potencial na busca pelo Direito.

### **3. CONCLUSÃO**

O presente artigo teve por finalidade, apresentar ainda que de forma sucinta, a desconsideração da personalidade jurídica com ênfase no dever de alimentar, trazendo o seu desenvolvimento, finalidade e aplicação dentro do sistema jurídico brasileiro.

Na realização desta pesquisa, se pôde constatar a existência de inúmeras dúvidas que acabam afetando de forma direta à propagação do instituto, pois ainda não há uma insegurança jurídica na sua aplicação, tanto da Desconsideração da Personalidade Jurídica, propriamente dita, como na Desconsideração ao Inverso. Como forma de responder tais dúvidas e trazer uma maior segurança jurídica ao tema, ficamos no aguardo da entrada em vigor do Novo Código de Processo Civil, que traz dentre tantas inovações, algumas regras para a aplicação da teoria em estudo e que podem difundir a sua aplicação como ferramenta para concretização de direitos conquistados.

---

<sup>43</sup> Ibid., p. 99.

Em síntese, ainda há muito a ser estudado e debatido dentro do tema da Desconsideração da Personalidade Jurídica ao Inverso, em especial no Dever de Alimentar, sendo necessária uma maior divulgação do tema dentro das faculdades e universidades brasileiras, pois somente através da divulgação, do debate acadêmico é que podemos chegar a um melhor entendimento, uma melhor prática e conseqüentemente, refletindo em uma melhor normatização do tema pelos legisladores. Portanto, apesar de findado o presente trabalho, as pesquisas dentro do universo da desconsideração da personalidade jurídica ao inverso, estão apenas nos primeiros passos e devem ser aprofundados em trabalhos futuros, a fim de garantir um alcance pleno da proteção da prestação jurisdicional.

## **ABSTRACT**

The disregard of corporate veil in reverse on duty of feeding is presented as a tool for enforcing the conquered rights. The current theory looks at the cases where subjects use, in a fraudulent way, juridical person to dispose of obligations imposed on themselves, bringing harm to others. What occurs is that, there are a few studies on this issue, and not all the (people from) legal field have the knowledge on the possibility of passing the responsibility from the physical person to the juridical person, through this tool that the disregard doctrine theory bring us. Therefore, this paper aims to clarify the applicability of putting into effect the disregard of corporate veil in reverse and, more specifically, the duty of feeding.

**Keywords:** Disregard of Corporate Veil. Reverse. Maintenance Obligation. Disregard Doctrine.

## **REFERÊNCIAS**

*Anteprojeto do Novo Código de Processo Civil*; Comissão de juristas instituída pelo ato do Presidente do Senado Federal nº 379 de 2009; Brasília 2010; site: <http://www.senado.gov.br/senado/novocpc/pdf/anteprojeto.pdf>;

COMPARATO, Fabio Konder. *O Poder de Controle da Sociedade Anônima*. Ed. 3. Rio de Janeiro, Forense, 1983;

GOMES, Magno Federici; MAIA, Estefânia Lima. *Revista Síntese do Direito Civil e Processual Civil – Questões Processuais da Desconsideração da Personalidade Jurídica no Código de Defesa do Consumidor*, São Paulo, 2011;

GONÇALVES, Oksandro Osdival. *Desconsideração da Personalidade Jurídica*. Juruá, 2004;

MADALENO, Rolf. *A Disregard e a sua Efetivação no Juízo de Família*. Livraria do Advogado, 1999;

MAMEDE, Gladson. *Direito Empresarial Brasileiro: Falência e Recuperação de Empresas*. Atlas, 2009;

MARINONI, Luiz Guilherme, *O Projeto do CPC – Críticas e Proposta*, São Paulo, Revistas dos Tribunais, 2010;

PAES, Amador de Almeida. *Execução de Bens dos Sócios – Obrigações Mercantis, Tributárias, Trabalhistas – Da Desconsideração da Personalidade Jurídica (Doutrina e Jurisprudência)*. Saraiva, São Paulo, 2003;

PEREIRA, Fabricio Fabiani. *Trabalho para conclusão do curso em direito de família. A Desconsideração da Personalidade Jurídica no Direito de Família*. Pontifícia Universidade Católica do Paraná. 2002;

Pesquisa Jurisprudencial; <http://www.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/> Acesso em novembro de 2014;

REQUIÃO, Rubens. *Abuso de Direito e Fraude Através da Personalidade Jurídica*. Revista dos Tribunais. São Paulo, 1969;

ULHOA, Fábio Coelho. *Curso de Direito Comercial*, Vol. 2, Ed. 9, Saraiva, 2006.